

Lylia da Silva Guedes Galetti

Sertão, Fronteira, Brasil

Imagens de Mato Grosso no mapa da civilização



Cuiabá, 2012

© Lylia da Silva Guedes Galetti, 2012.

Editora Maria Teresa Carrión Carracedo
Design Gráfico e capa Helton Bastos
Pesquisa iconográfica Ricardo Miguel Carrión Carracedo
Diagramação Robinson Marcelo Borborema
Revisão Marinaldo Luiz Custódio
Revisão de fontes e bibliografia Henriette Marcey Zanini
Assistente na edição Walter Galvão

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Galetti, Lylia da Silva Guedes

Sertão, fronteira, Brasil : imagens de Mato Grosso
no mapa da civilização / Lylia da Silva Guedes Galetti.
-- Cuiabá, MT : Entrelinhas : EdUFMT, 2012.

ISBN 978-85-7992-001-1

ISBN 978-85-327-0436-8

1. Brasil - Civilização 2. Brasil - História 3. Cultura - Mato Grosso
4. Cultura - Região Centro-Oeste 5. Geografia - Mato Grosso
6. Identidade social 7. Mato Grosso - História
8. Regionalismo I. Título.

12-02052

CDD-981.72

Índices para catálogo sistemático:

1. Mato Grosso : História social 981.72



Av. Senador Metello, 3.773 | Jardim Cuiabá Cuiabá-MT | CEP 78.030-005

Telefax: 65 3624 5294 | 3052 8711

editora@entrelinhaseditora.com.br • www.entrelinhaseditora.com.br

*A João e Marina,
meus netos.
Amores.
Futuros.*

Agradecimentos

Este livro vem a público doze anos depois de defendida a tese que lhe deu origem e, salvo pelas necessárias correções, mantive na íntegra o texto original. A única novidade é o formato que pretendi dar ao livro: o de uma viagem aos sertões e fronteiras do Brasil, com o que chamei de pontos de partida e chegada, mapa e instrumentos de orientação.

Por essa razão fiquei tentada a simplesmente repetir os agradecimentos que constam da tese, com as devidas atualizações. Mas seria excessivo. Basta dizer que sua elaboração foi uma “viagem cheia de aventuras e desventuras” e finalizá-la “teria sido impossível sem o suporte institucional e, principalmente, sem o apoio afetivo e intelectual das pessoas com as quais, em diferentes momentos, compartilhei caminhos, pousos e encruzilhadas”.

O mesmo vale para a publicação deste livro, viagem bem mais curta e mais divertida, que me deu a oportunidade de experimentar, mais uma vez, “a alegria de ver renovada pelo menos uma certeza: o valor inestimável da amizade, da solidariedade e do respeito profissional”.

Meus agradecimentos, então:

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso, Fapemat, pelo reconhecimento dos que se dedicam à pesquisa científica neste estado, criando oportunidades para publicações como esta;

À Editora da Universidade Federal de Mato Grosso – EdUFMT por ter aceitado minha proposta de coedição, sem aporte financeiro. Ter o logo da UFMT neste livro me orgulha e é uma forma de reconhecer e agradecer o quanto devo a esta instituição, em especial ao seu Departamento de História.

À Maria Teresa Carracedo, minha editora, pela extrema delicadeza, respeito e paciência no trato com uma autora sem tempo para respostas rápidas;

A Antônio Carlos Robert Moraes, João Pacheco de Oliveira e Regina Beatriz Guimarães, pela leitura e textos generosos, respectivamente, na apresentação e contracapa;

A Inês Castro e Elizabeth Madureira Siqueira, pela releitura da tese, com a qual tanto colaboraram, e pela inestimável ajuda no processo de edição do livro e também pelos textos elogiosos da orelha;

A Luiz Carlos Galetti, companheiro de décadas, a quem devo o estímulo para concorrer ao edital da Fapemat. Sem a sua insistência carinhosa e ajuda no atendimento das exigências burocráticas desse tipo de fomento, é pouco provável que este livro viesse à luz.

Às minhas filhas, Ana e Joana, o mesmo agradecimento registrado na tese, agora extensivo aos meus netos, João e Marina: pelo “estímulo vital, que sempre foram e sempre serão desde que nasceram, para o meu afeto”.

*Mais importante do que o
próprio passado [...] é sua influência
sobre as atitudes culturais no presente.*

Edward Saïd

Cada lugar é, à sua maneira, o mundo.

Milton Santos

Sabe-se muito pouco.

João Ubaldo Ribeiro

Apresentação

A discussão sobre a construção do Estado no Brasil ou sobre a afirmação de uma cultura nacional brasileira geralmente tem por foco geográfico a cidade do Rio de Janeiro ou as demais capitais litorâneas e comumente não destaca a dimensão territorial de tais processos. Daí o interesse pelo trabalho de Lylia Galetti, que traz uma ótica inovadora ao focar tal discussão em Mato Grosso e utilizar em sua análise categorias caras à geografia, como as já enunciadas no próprio título do livro. Na verdade, a autora consegue nesse estudo mostrar a articulação entre a formação de uma imagem nacional da província (depois estado) e o estabelecimento de uma identidade regional mato-grossense, concomitância que foi possibilitada pelo uso de um arsenal teórico comum em que se destacavam os conceitos de civilização e progresso. A concepção de uma história evolutiva articulou-se no caso analisado com uma geografia apologética da expansão territorial, como nos mostra a autora. Uma ambiguidade entre interesses e ideias, entre valores e juízos, foi mobilizada nas representações desse “sertão” a ser conquistado. O propósito de incorporar estas terras no domínio das “nações civilizadas” animou ações efetivas de apropriação de tais espaços, tornando-os “territórios usados” (tomando emprestada uma conceituação de Milton Santos).

A refinada fundamentação teórica manejada por Lylia Galetti nesse trabalho – sua tese de doutorado defendida no Programa de História Social da USP –

aliada a uma rica pesquisa de fontes, resultou num estudo bastante original na época da defesa, que sem dúvida atuou como precursor de uma jovem e recente historiografia acerca da região Centro-Oeste e de Mato Grosso em particular. A leitura do livro que aqui se apresenta reforça a simpatia por uma proposição importante para os pensadores que adotam a perspectiva dos estudos subalternos ou pós-coloniais: a aceitação de que a melhor localização geográfica e epistemológica para as interpretações críticas é a ótica da fronteira, o pensamento das bordas da economia-mundo. A leitura de Sertão, Fronteira, Brasil oferece elementos importantes para pensarmos a formação brasileira, esse processo no qual as ideologias geográficas contribuíram em muito na conformação do território e da sociedade. Questionando os mitos de origem e desconstruindo as representações tradicionais do imaginário mato-grossense a autora nos brinda com uma interessante contribuição para o entendimento do papel político do regionalismo no Brasil.

Antonio Carlos Robert Moraes

(PROFESSOR TITULAR DO DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA DA FFLCH-USP)

Sumário

Ponto de partida 17

Parte I

A configuração do território: fios de um imaginário 41

Capítulo 1 Desbravando sertões 45

Capítulo 2 Construindo fronteiras 59

Parte II

Olho da civilização: Mato Grosso dos viajantes estrangeiros 91

Capítulo 3 Nos confins do mundo civilizado 97

Capítulo 4 Os habitantes do vazio e o futuro da região ... 119

Capítulo 5 Figurações da fronteira na geografia da civilização 151

Parte III

O Mato Grosso da Nação 199

Capítulo 6 Nos sertões e fronteira da pátria..... 205

Capítulo 7 Desertos de civilização, reservas de
brasilidade 253

Parte IV

Terra natal: Mato Grosso sob o olhar nativo 279

Capítulo 8 O estigma da barbárie 283

Capítulo 9 Cultura, política e identidade regional 319

Capítulo 10 A redenção pela história 347

Um ponto de chegada 371

Fontes e bibliografia citadas 381

Ponto de partida

No aprendizado de mapas e livros escolares, como nas andanças da vida, minha percepção do espaço geográfico e da história brasileira fez-se *arranbando o litoral*, à maneira dos portugueses, que Frei Vicente Salvador chamou de *caranguejos*... Até chegar a Cuiabá, no início dos anos 1980, para iniciar minha trajetória profissional, como docente na Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT. Em pouco tempo, troquei Campinas e o *cotidiano da cidade moderna*, objeto de minhas primeiras pesquisas – um aspecto do cotidiano da São Paulo de inícios do século XX – por Cuiabá, uma cidade ainda pequena, em intenso processo de transformação e capital de um dos estados mais centrais do Brasil, e, pelos *sertões e fronteiras* do Oeste brasileiro, como tema de minhas pesquisas na UFMT.

Vista por esse ângulo, a escrita deste livro, originalmente minha tese de doutorado¹, foi também uma viagem pela história e geografia de um Brasil interior que eu pouco conhecia. No ponto de partida, o desejo de compreender uma realidade que me desafiava a imaginação e a inteligência, por sua complexidade de ser, perto do final do século XX, um espaço onde o drama da colonização mais uma vez se desenrolava, intenso e veloz, recriando tragédias e também a esperança de uma vida melhor. Desejo também de melhor conhecer a capital de Mato Grosso, Cuiabá, onde os processos de modernização e colonização se materializavam em rápidas transformações do espaço urbano. Famosa por seu calor, registrado desde as mais antigas crônicas coloniais até, mais recentemente, na letra de um rock nacional, Cuiabá revelou-se também pelo calor de sua gente, que acolhia de braços abertos levas de migrantes, mas

1 Galetti, Lyliá da Silva Guedes. *Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso*. São Paulo, USP, 2000. Tese de doutorado.

reservava, a uma parte deles, o título de *pau-rodado*, expressão cuiabana que, dentre outros sentidos possíveis, designava, de forma pejorativa, os que vinham de fora exclusivamente para fazer fortuna, mas acabavam ficando, como pedaços de paus encalhados numa curva de rio, sem de fato serem afetados pela história do lugar e de sua gente, por seus hábitos e costumes, por seus problemas e desafios.

Afeto, nesse sentido de ser impactada por uma realidade e passar a interagir com ela, e estranhamento, comum a tantos olhares sobre o Mato Grosso e a Amazônia, se misturam na escrita deste livro. Nas crônicas sobre a Cuiabá colonial, redescobri o *sertão*, que para mim significava, até pouco tempo atrás, o lugar onde morava minha avó, situado a 100 quilômetros de Fortaleza, era minha ideia de mundo rural, de interior, em contraste com a cidade, o litoral. E esse sertão era o mais longe que eu havia me afastado em direção ao interior do país, até o início da década de 1970. Pouco depois, quando a vida no Ceará apresentou-se sem maiores perspectivas, foi ainda arranhando o litoral que fiz trajetória semelhante à de milhares de nordestinos, migrando para o Rio de Janeiro, depois de dois anos de estadia no Recife, e em seguida para Campinas, um “interior” ainda próximo do litoral e, mais significativo, da maior cidade e maior centro capitalista do país. E isso era tudo que eu “vivenciara” da geografia brasileira até 1983, quando me mudei para Mato Grosso, pouco depois de concluir meu curso de graduação em História na Universidade Estadual de Campinas.

Aos meus olhos, o Oeste e o Norte apresentavam-se, então, como espaços apreendidos em fragmentos de uma história e geografia difusas e ordenados segundo informações genéricas acerca da divisão política, do clima, da ocupação produtiva e que tais. A região Norte, particularmente a Amazônia, figurava em fragmentos da memória familiar como uma terra que podia ser pródiga, mas também traiçoeira e misteriosa. No final do século XIX, do sertão da minha avó, no município de Uruburetama, grande leva de moradores partira para tentar a vida nos seringais da Amazônia, entre eles um tio-avô que ali não se sabia se estava vivo ou morto, pois a família jamais tivera notícias dele. Perdas como essa, que não deviam ser incomuns entre as famílias de Uruburetama² e a memória de privações e mortes de sobreviventes que haviam retornado do dramá-

2 Nas leituras que fiz para a tese, descobri que o município cearense de Uruburetama, distante cem quilômetros de Fortaleza, onde nasceram minha avó e minha mãe, foi de fato um dos que mais migrantes enviou aos seringais da Amazônia. Cf. Oliveira, João Pacheco de. O caboclo e o brabo. *Encontros com a Civilização Brasileira*, n. 11, Rio de Janeiro, 1979, p. 101-140.

tico êxodo de milhares de nordestinos para os seringais do Norte, não alteraram o imaginário dos sertanejos cearenses sobre a Amazônia.

Para a geração dos meus avós, a exemplo do que o “Sul maravilha”, em especial a partir dos anos 50, representaria depois para a dos meus pais e para a minha, a Amazônia continuaria a fulgurar na geografia do país como um *Eldorado*, sonho de uma terra mais generosa alhures. Um lugar que encerrava não apenas a possibilidade de trabalho bem remunerado, mas, sobretudo, a sedução da terra farta, das águas abundantes, garantindo o solo fértil, os rios perenes e as matas sempre verdejantes. E nunca a ameaça da seca, da miséria, do sol a pino esturricando a vida³. Minha avó, todas as vezes em que, já morando em Mato Grosso, fui visitá-la, nunca deixou de me interrogar sobre as chuvas, os rios e as florestas, sempre entusiasmada com as respostas sobre a abundância de todos estes elementos... Mas também nunca entendeu por que a neta continuava “tão longe”, se não havia conseguido “ficar rica”, apesar de morar num lugar tão fértil.

O segundo foco, ou referencial, que orientava minha percepção histórica e geográfica das regiões Oeste e Norte, era de natureza política, marcada pela crítica aos projetos de *integração nacional* da ditadura militar instalada no país em 1964. Tal percepção foi de certo modo formada com base em leituras que eram quase obrigatórias entre aqueles que militavam na oposição à ditadura: entre estas, os jornais *Movimento* e *Opinião* que, apesar de acudados pela censura e pela repressão, teimavam em denunciar a voracidade do capital estrangeiro – apoiado por incentivos financeiros do Estado brasileiro e por suas forças armadas – sobre as áreas de “fronteira” do território nacional, a violência a que eram submetidos os migrantes camponeses e os grupos indígenas que habitavam o suposto *vazio*. Vozes “nânicas”, se comparadas à da propaganda oficial dos governos militares, jornais da grande imprensa, rádio e televisão sobre a espetacular abertura da “última fronteira” do Brasil, simbolizada pela construção da Transamazônica.

Nos jornais *Movimento* e *Opinião*, as notícias e análises criticavam os empreendimentos grandiosos, de interesse questionável, financiados com dinheiro

3 Imaginário que foi, aliás, objeto de manipulação simbólica nas políticas de colonização e ocupação do Centro-Oeste e da Amazônia, promovidas pelos governos militares, nas décadas de 1960-70. Relembre-se, a propósito, as palavras do general Garrastazu Médici prometendo, aos *homens sem terra do Nordeste, as terras sem homem da Amazônia*. Sobre as políticas de colonização da Amazônia mato-grossense e o imaginário sobre a fronteira como *terra prometida*, ver Guimarães Neto, Regina Beatriz. *A lenda do ouro verde*. Campinas, 1986.

público, através da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – Sudam, e a contrapartida dos conflitos entre latifundiários e camponeses pobres, extermínio de populações indígenas, migrantes vivendo em situação miserável. Notícias que forneciam uma visão do Centro-Oeste e da Amazônia como espaços onde Estado e capital se uniam para perpetrar as maiores barbaridades contra indígenas, trabalhadores rurais e o meio ambiente, favorecidos pelo anonimato dessas regiões na consciência da maioria dos cidadãos brasileiros, mas também como um espaço onde se travava uma luta surda contra tudo isso. Diante dessas informações, restava, além de um forte sentimento de indignação, a sensação de ignorância sobre este Brasil interior e longínquo, ainda que suas histórias de horror não destoassem, no fundamental, daquelas que, em plena ditadura militar, se vivia no Nordeste ou no Sul e Sudeste, o tal do “Sul maravilha”, como se dizia então.

Ignorância que pouco se alterou durante meus estudos de graduação, bastante marcados por uma literatura cujo eixo e centro eram as áreas hegemônicas do capitalismo brasileiro, a partir das quais, se supunha, todo o resto podia ser explicado e entendido. Das leituras apressadas de Caio Prado e Celso Furtado, de Sérgio Buarque de Holanda e Raimundo Faoro, entre outros, restava, em primeiro lugar a percepção do Oeste como palco da expansão bandeirante e da política mercantilista e expansionista da Metrópole portuguesa, de que resultariam os limites territoriais do Brasil e uma economia mineira, logo *decadente*, ou descontínua, mas, de qualquer forma, sem relevância econômica para o desenvolvimento capitalista. Desenho de fronteiras, duramente conquistadas, que afinal guarneciam uma espécie de vazio histórico, posto que depois de baixadas as cortinas do período colonial, nada havia de importante a ser dito, ou lido sobre esses territórios, a não ser defini-los como “área periférica” do capitalismo brasileiro, marcadas pelo tradicionalismo, por economias extrativistas e agropecuárias, incipientes e sem maior importância no cenário econômico e político do país. Mas seriam merecedoras de novas citações e referências caso se movimentassem na direção de sua inserção no mercado internacional, participando assim, de forma mais direta, do processo de formação e expansão do capitalismo brasileiro, ou acrescentassem algo à formação do moderno Estado brasileiro. Destaques, então, para a Cabanagem, no Pará (1835-1840), por seu teor revolucionário e participação de indígenas e caboclos; e, em especial, para a economia extrativista do látex, entre fins do século XIX e inícios do XX, que integrou a Amazônia ao mercado internacional e lhe deu um passaporte para a modernidade, representada, sobretudo, pela entrada massiva de mercado-

rias europeias, construção de ferrovias no meio da *selva amazônica*, como a Madeira-Mamoré e teatros suntuosos, como o de Manaus.

No século XX, essas áreas periféricas somente retornariam à cena da história nas décadas de 1960-70, no contexto da frente de expansão capitalista contemporânea, da modernização do Estado e da economia nacionais, processos sustentados e estimulados pela ditadura militar e alimentados por sua ideologia de integração nacional. Mas este processo não chegou a ter vez na minha formação de historiadora, talvez porque a ideia de se estudar a história *imediata* fosse ainda muito incipiente no campo da historiografia e a temática fosse considerada mais apropriada aos estudos de Sociologia e Economia.

A representação que resultava desse meu *aprendizado*, tão presente nas universidades do Sudeste do país, nos anos 1980, era mais ou menos óbvia: a história das regiões periféricas, incluindo a do Nordeste pós-economia açucareira, como que interrompia o seu curso no limiar do século XX, ou ainda antes, passando a viver numa espécie de estado *letárgico*, onde nada de importante, para a História do Brasil, ou para o *progresso e o desenvolvimento* do país, acontecia. Nada mais “natural”, portanto, que constituísse uma periferia da própria historiografia nacional, salvo por algumas obras clássicas, que a tomaram como objeto.

De modo que ao chegar a Mato Grosso, em 1983, o Centro-Oeste, a Amazônia Legal, regiões em que este estado se enquadra, em termos de divisão política e de área de intervenção estatal, continuavam, em minha percepção, como espaços mais ou menos misteriosos do mapa do Brasil e de sua história: algumas informações contemporâneas sobre a expansão da fronteira capitalista e uma história fragmentada em “ciclos” ou “conjunturas econômicas”, compunham noções ainda vagas do presente e do passado dessas regiões.

É preciso *imaginar muito para “viver” um espaço novo*, disse Bachelard. E também, penso eu, é preciso viver muito um espaço novo para ser capaz de imaginá-lo em uma dimensão que agregue ao imaginado a matéria da história. Nesse sentido, *viver* Cuiabá e Mato Grosso, mergulhar nas narrativas e estudos sobre o seu passado e o seu presente (ainda poucas, no início dos anos 1980), conhecer e conviver com sua gente, foi essencial para fermentar minha imaginação, propiciando os elementos a partir dos quais se definiria a escrita deste livro. Já na chegada, me deparei com uma cidade coberta de placas e faixas que prometiam o progresso acelerado e para todos (*Estrada é Progresso, Saúde é Progresso, Ferrovia é Progresso*, dentre outras): *40 anos em 4*, prometia o governador eleito, Júlio José de Campos, que acabara de tomar posse, copiando o

slogan da campanha de Juscelino Kubitschek à presidência: *50 anos em 5*. Por todos os lados se impunham imagens e realidades do processo de expansão da fronteira agrícola – ou frente de expansão capitalista, conforme o foco dos estudos, então em plena efervescência. Um susto e um convite a questionamentos, para uma historiadora aprendiz, em cuja formação a crítica ao progresso, amparada pelos estudos da Escola de Frankfurt, tivera um papel preponderante⁴.

A velocidade das transformações econômicas, sociais e culturais que então sacudiam a sociedade mato-grossense conformava uma realidade complexa e estonteante, tanto para os que acabavam de chegar quanto para os que ali já viviam. Estradas de “penetração”, que completariam a malha rodoviária iniciada nos anos 50 e 60 do século XX, rasgadas nos cerrados e florestas do território mato-grossense, principalmente em direção ao Norte e Noroeste, cumpriam os planos de integração nacional dos governos militares. Investimentos fantásticos, bancados por organismos estatais, como a já citada Sudam, financiavam projetos milionários, muitos dos quais traçados nos gabinetes de Brasília, para garantir a colonização dos espaços “vazios” do território mato-grossense. E, espontaneamente ou forçados pela falta de terra, mobilizados pela propaganda oficial ou conduzidos por alguma colonizadora privada, milhares de migrantes chegavam a Mato Grosso em levadas sucessivas, desde o início dos anos 70, a maioria procedente do Sul e Sudeste do país, expulsos pela concentração fundiária e pela modernização da agricultura nestas regiões.

Nos inícios dos anos 1980, grande parte desses migrantes, aos quais foi negado um pedaço de terra ou condições mínimas de sobrevivência no campo, se dirigia para a periferia de Cuiabá, que vivia, então, uma veloz e predadora transformação de seu ainda acanhado espaço urbano. No meio rural, a produção agrícola, sustentada por grandes empresas colonizadoras, com incentivos da Sudam, crescia vertiginosamente, e mais e mais garimpos se abriam à exploração mecanizada. No mesmo compasso, milhares de pequenos produtores, posseiros e garimpeiros eram expropriados de suas terras e/ou de suas condições de trabalho, e vários povos indígenas eram dizimados, expulsos ou transferidos de suas terras, todos submetidos à violência e prepotência das forças repressivas comandadas pelos grandes latifúndios, pelo capital e pelo Estado.

4 Não por acaso esta crítica é tema do primeiro texto que publiquei sobre Mato Grosso. “A falácia do Progresso para Todos”. *Boletim da Associação de Docentes da Universidade Federal de Mato Grosso*, Cuiabá, nº 12, novembro de 1984.

O impacto dessas transformações sobre a percepção dos mato-grossenses, e em especial dos cuiabanos, acerca de seu próprio espaço social foi o aspecto da realidade da *fronteira* que, de imediato, mais mobilizou minha atenção. Naquele momento, quase todos pareciam tomados por um desejo insaciável de falar e de mostrar aos de fora (quando estes se dignavam a ouvi-los) a cultura local, os costumes e modos de vida considerados típicos de Mato Grosso – as artes, saberes e fazeres de seu povo simples – os lugares onde essas manifestações culturais “ainda” existiam e resistiam, e sobre como era Cuiabá “antes de tudo isso” e como tudo vinha mudando tão rapidamente.

“Ainda” era uma palavra que se repetia nas falas de muitos cuiabanos ao narrarem os tempos anteriores à chegada dos milhares de migrantes vindos, sobretudo, dos estados da região Sul. Narrativas e memórias que eu ouvia atenta, grata pela rica convivência com estudantes e professores da UFMT e com artistas cuiabanos, então engajados em um movimento de resistência voltado para a preservação da cultura regional. Conversas animadas e informais, passeios pela zona rural e novos bairros que surgiam, pelas ruas e vielas antigas do centro de Cuiabá e bairro do Porto, onde se concentravam famílias cuiabanas de *tchapa e cruz* ou de *pé ratchado*⁵, viagens a municípios próximos e distantes, como a antiga capital de Mato Grosso – Vila Bela da Santíssima Trindade – me colocaram em contato com fragmentos da história e da memória local, com os quais fiz as primeiras tentativas de preencher os “vazios” da minha percepção sobre Mato Grosso e, vale dizer, sobre a geografia humana e social do Brasil.

Migrante, portadora de uma vivência em área periférica – o Nordeste – e também no centro dinâmico do capitalismo brasileiro, o Brasil moderno, é certo que fui seduzida, afetiva e intelectualmente, por essa realidade nova, em que se misturavam, de modo peculiar, características destes dois espaços sociais. Aprendiz de historiadora, mas já com alguns vícios da profissão, meu interesse em pesquisar a história mato-grossense, desde o início, se voltou para uma investigação do passado que permitisse iluminar, de algum modo, esse presente que atendia pelo nome de *fronteira em expansão*.

O esforço empreendido nessa investigação é produto de um diálogo com inúmeros textos daquele passado, a maioria de autores ditos ou autodenominados viajantes, nesse sentido de pessoas que se deslocam de suas casas para conhecer outros lugares e outras gentes, em geral exóticos, diferentes e distan-

5 De “chapa e cruz” designa cuiabanos tradicionais, de origem social mais ou menos elevada, e “pé ratchado”, mato-grossenses da Baixada Cuiabana.